



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas do dia dezois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Anthony Garotinho - Ex-Governador e Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Finalidade: Depoimento de Anthony Garotinho - ex-governador e ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Oitiva do Anthony Garotinho, Ex-Governador e Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em atendimento ao requerimento 137/2025. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/16>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à oitiva do ex-Governador, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro Sr. Anthony Garotinho.

Ressalto que o convite foi feito a fim de se obter colaboração do depoente a partir da experiência dos cargos anteriormente ocupados, nos termos da aprovação do Requerimento 137, de autoria do Relator Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada no dia 09/12/2025.

Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido a tomar assento à mesa o convidado, o Sr. Anthony Garotinho. *(Pausa.)*

Hoje esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebe o Anthony Garotinho, convidado em razão de denúncias públicas por ele apresentadas envolvendo autoridades, esquemas e práticas que, se confirmadas, representam grave ameaça à legalidade, à segurança pública e à integridade das instituições.

Esta CPI existe para apurar fatos concretos, por isso todas as denúncias que ganham repercussão pública e impactam a confiança da sociedade no Estado devem ser tratadas com seriedade, responsabilidade e compromisso com a verdade.

Ao trazer essas informações ao debate público, V. Sa. assumiu também o dever de apresentá-las de forma clara, objetiva e fundamentada. Este é o espaço institucional adequado para detalhar fatos, indicar contexto, apresentar documentos e esclarecer circunstâncias que auxiliam o trabalho investigativo desta Comissão. Não se trata de prejulgamento, tampouco



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhamento político. Esta CPI não atua a partir de narrativas, mas de fatos. Nosso compromisso é exclusivamente com o interesse público, com a apuração responsável e com o fortalecimento das instituições democráticas.

Reiteramos o respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, princípios que orientam todos os trabalhos desta Comissão e asseguram a seriedade dessa investigação. Denúncias dessa natureza exigem responsabilidade, não podem permanecer no campo da insinuação nem da retórica. Cabe a esta CPI apurá-las com rigor técnico, transparência e independência e cabe a quem as formula colaborar de forma efetiva com o esclarecimento dos fatos.

A sociedade brasileira espera respostas. Esta Comissão não se contentará com evasivas ambiguidades ou generalizações. Nosso dever é transformar denúncias em apuração concreta e resultados institucionais.

Agradeço a presença de V. Sa., Sr. Anthony Garotinho, e reafirmo que este espaço está aberto para colaboração clara, objetiva e comprometida com a verdade, para que possamos cumprir nosso papel constitucional e responder à sociedade com seriedade e transparência.

Muito obrigado.

Sr. Anthony Garotinho, mais uma vez agradeço. Bem-vindo ao Senado Federal. O senhor tem... Ali tem um painel com o tempo que será disponibilizado, de 20 minutos, para o senhor fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Contarato. É um prazer falar ao Senador Alessandro Vieira, ao Senador Mourão.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de falar dos assuntos, fazer dois registros.

O primeiro é que eu sou jornalista há 40 anos. Comecei no rádio, tenho 44 anos de rádio, e depois migrei e continuei no rádio e no jornal.

Quando fiz as denúncias contra o ex-Governador Sérgio Cabral, as pessoas não levavam muito a sério, achando que era uma questão política, e não era política; era uma questão de uso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indevido do dinheiro público para enriquecimento ilícito. Só foram me dar ouvido quando eu consegui, através das minhas fontes, aquelas famosas fotos e gravações da farra dos guardanapos, em Paris, que tomaram conta do noticiário.

Daquele grupo todo que eu denunciei – eu gostaria de ler um documento aqui, rápido – nós tivemos praticamente todos presos, exceto um membro do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Só que à época – V. Exa. sabe como funcionam essas coisas – já havia passado 14 anos que eu tinha saído do Governo do estado e me arrumaram um problema da Prefeitura de Campos para que eu fosse preso no mesmo dia de Sérgio Cabral, para que confundisse a cabeça das pessoas.

Então, eu vou ler para V. Exa. aqui um documento que é uma promoção de arquivamento, porque, como a denúncia foi minha ao Procurador-Geral da República, para que houvesse o arquivamento eu teria que ser ouvido – eu estou diante aqui de dois delegados.

Trata-se de notícia de fato [e crime] instaurada a partir de representação do ex-deputado federal Anthony Garotinho.

Ao longo de extenso procedimento, são listados uma miríade de crimes que teriam sido praticados pelo ex-governador Sergio Cabral e sua organização criminosa.

[...]

Ao longo de quase cinco anos de sua existência, a Força Tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro propôs [...] de 30 ações penais em desfavor de Sérgio Cabral e sua [isto aqui eu queria frisar bem] organização criminosa [que é a segunda pergunta que eu vou fazer], abrangendo os mais diversos crimes e áreas de atuação: desde as obras de reforma do Maracanã (Operação Calicute), passando pelas fraudes na Secretaria de Saúde (Operação Fatura Exposta, [Operação] Ressonância e [Operação] SOS) até o desmantelamento do esquema histórico da caixinha da Fetranspor (Operação Ponto Final).

Após um trabalho [...] que envolveu a cooperação com outros órgãos, como a Polícia Federal, COAF e Receita Federal, a Força-Tarefa promoveu 55 operações, que resultaram em 806 buscas e apreensões, 70 prisões temporárias, 264 prisões preventivas, além da propositura de 104 denúncias, que somaram um total de 894 denunciados e 183 condenados em primeira instância.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias dessas operações resultaram em acordos milionários, responsáveis pela devolução aos cofres públicos de [...] R\$4 bilhões [eu devolvi aos cofres públicos R\$4 bilhões], além do requerimento de reparação nas ações penais [...] [de] R\$12 bilhões e outros [...] 12 [...] requeridos em ações de improbidade.

[...]

À vista do exposto, não vislumbrando mais qualquer utilidade no presente feito, que tramita há [...] dez anos, determino o seu arquivamento.

Antes, porém, intime-se o representante para que apresente recurso no prazo de 10 dias.

Assinam aqui todos os Procuradores da República, inclusive o chefe da força-tarefa, Procurador Eduardo El Hage: Fabiana Schneider, Marisa Varotto, Rodrigo Timóteo...

Bom, o que sucedeu o senhor deve saber. Hoje os Procuradores foram punidos, o juiz que recuperou o dinheiro para o estado foi afastado, e o Sérgio Cabral toma banho de piscina, fazendo gracinha e zombando da cara da população do Rio de Janeiro. E o denunciante, que fui eu, fui preso quatro vezes, entrava de manhã e saía de tarde. No total, foram 29 dias.

Então, quero deixar claro que... Eu queria saber de V. Exa... Eu tive uma conversa ontem bastante produtiva com o Senador Alessandro Vieira, que foi o autor do requerimento que me chegou, para saber se eu falo aqui de organização criminosa, que está dentro do Governo todo do Rio de Janeiro, ou se eu falo de associação criminosa. São coisas diferentes, os senhores conhecem os tipos penais. Porque ontem ainda eu comentava com o Senador Alessandro Vieira, falei: "Olha, a coisa é tão grave que eu não sei, pelos próximos dias... Tem um desembargador federal envolvido, que eu acho que o Alexandre de Moraes [falei isso ontem, ele é testemunha] ou vai afastá-lo da função ou vai prendê-lo, porque ele vaza informações para o Presidente da Alerj". Quando eu acordei hoje, o cara já estava preso.

Então, assim, é uma situação... Eu queria saber, eu preciso delimitar, porque o senhor falou 20 minutos, em 20 minutos eu não falo nem da polícia, quanto mais do crime do estado. Eu queria saber, porque a situação ali é a seguinte: tem que escolher qual o lugar que não tem corrupção. Eu até faço uma brincadeira às vezes – de mau gosto até – de que eu dou uma barra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ouro, que é o que eles costumam fazer lá, para quem me apontar um órgão do Estado do Rio de Janeiro que não tenha corrupção.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, eu queria...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Para encaminhar, Governador, a sua colaboração, uma questão procedimental: o senhor tem de início os seus 20 minutos, como o Presidente falou, mas não vai lhe faltar tempo.

É evidente que o histórico de corrupção do Estado do Rio de Janeiro não caberia num dia inteiro de depoimento, mas o nosso objetivo aqui, o principal, é trazer para esta CPI... dar essa visão para a sociedade da radiografia atual: como é que a gente chegou nessa situação no Estado do Rio de Janeiro, onde eu tenho um desembargador federal preso, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro preso – e agora com tornozelo –, busca e apreensão, não se sabe exatamente com que alvos, mas numa sequência que aponta uma severa infiltração, e aí um fato que o senhor vai poder historiar, mas que me parece que muda um pouquinho o perfil da corrupção no Estado do Rio de Janeiro, que é essa ligação direta com as facções armadas. E me parece que aí é um passo abaixo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Então, eu vou começar por aí, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – O General Mourão sabe que, nas tropas, embaixo, seja da polícia militar, do Exército, da polícia civil, sempre tem, pela natureza dessas pessoas, que vêm do povo, uma certa infiltração, mas, no Rio de Janeiro, o crime subiu de patamar, e eu vou contar aqui. Eu já tinha um pouco de desconfiança pelo que estava vendo na máquina pública, mas, aí, vieram quatro atenções, e eu vou pedir uma atenção especial a um dos episódios ao agora Senador, mas General, Mourão, que envolve o Exército Brasileiro.

Primeiro, um bandido, um dos procurados na lista que o Governo Federal fez agora, pedindo a cada estado que indique seus bandidos mais perigosos, de nome Abelha, saiu pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porta do presídio do Complexo Penitenciário de Gericinó, que é um complexo de vários presídios, pela porta da frente, andando. Todo mundo queria saber... Aí, o Secretário, à época, disse: "Não, foi um erro da Justiça. Eu verifiquei lá no sistema que ele estava em liberdade". Aí, a Justiça: "Não, foi erro do...". Bom, foi erro de um, foi erro do outro, o Abelha está solto até hoje. Eu falei: poxa, isso está me cheirando a alguma coisa muito estranha, mas um fato não é suficiente para você levantar envolvimento de autoridades do nível de Secretários, Governadores envolvidos com o crime.

Aí, veio um segundo episódio, que até foi tirado da minha página e retratado pelo jornal *O Globo* numa ampla matéria: Comando Vermelho ordenou trégua no G20. Aí, eu fui apurar e, de fato, constatei que havia vários *prints* para um acordo entre as facções – nesse caso, não era só o Comando Vermelho, mas as facções –: "Não façam nada durante o G20 nem dentro, nem fora que a gente vai dar uma regalia para vocês". Durante o mesmo período, foi permitido entrar com celular, o Comando Vermelho ganhou um forninho daquele elétrico – tem um nome: *air fryer* –, unzinho em cada ala onde tinha o pessoal mais importante, uma vergonha. E aí eu falei: "Bom...". Eles apresentaram uma estatística aqui numa nota pública, esta nota aqui, dizendo que a matéria de *O Globo* e a minha reportagem eram falsas porque os números não se alteraram do período do evento, do G20. Aí, eu falei: "Não, esperem aí; vocês estão publicando o relatório do mês, e eu quero o do período do G20". Fui até a Secretaria de Administração Penitenciária, conversei com agentes, porque a secretária não atende, levantei e, de fato, foi uma paz. Os números chegam até a ser assustadores.

Mas está bem, pode ser que tenha sido assim uma coincidência, e para os bandidos também talvez seria bom não ter confusão nesse período.

Mas aí vem um terceiro episódio também público, todo mundo tomou conhecimento, que envolveu até o marido de uma Deputada Federal. Tinha um congresso de medicina no Rio de Janeiro e todos se hospedaram num hotel entre o Recreio e a Barra, os médicos desceram para fazer um lanche e tomar uma cervejinha – o congresso começaria no dia seguinte. Passam duas motos com bandidos, criminosos na moto, e confundiram um dos médicos com o Taillon. O Taillon era um miliciano daquela área, inimigo do Comando Vermelho. Eles resolveram retornar por conta própria, dispararam contra os quatro médicos, mataram três, inclusive o irmão da Deputada, e um ficou gravemente ferido. Aí aquilo foi uma repercussão enorme. Aí, logo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã, sai uma nota misteriosa de um porta-voz do Comando Vermelho dizendo o seguinte: que o Comando Vermelho já sabia que foram integrantes da facção, mas que não estavam de acordo com aquilo. E os jornais publicando: "Mas vem cá, quem é que fala em nome do Comando Vermelho?". Aí, à tarde, saiu outra nota dizendo o seguinte: "Os criminosos já foram presos e serão julgados hoje à noite" – novamente o porta-voz do Comando Vermelho. "Mas vem cá, tem chefe de polícia nisso aqui? Não tem ninguém que possa explicar como é que é essa situação?" No dia seguinte, sai então a matéria: "Comando Vermelho executa os assassinatos dos médicos". O Comando Vermelho investigou, o Comando Vermelho prendeu, o Comando Vermelho julgou e matou. Isso é um absurdo! Cadê a Secretaria de Segurança do estado, né? Mas eu fiquei tão indignado com aquilo que eu falei: "Olha, eu vou mergulhar mais a fundo".

E aí vem, General Mourão, um fato que é inacreditável. Quando eu soube do fato, eu não acreditei, até que os documentos da portaria do presídio foram entregues. O senhor sabe que sumiram armas do quartel de Barueri – deve saber, sumiram fuzis. Então o Exército, através do seu serviço de inteligência, descobriu que essas armas estavam na Rocinha. Então procurou o Governo do Rio de Janeiro e montou uma operação: o Exército cercaria a Rocinha e a polícia militar subiria e pegaria as armas. Dois dias antes da operação, um membro do Governo do estado, de nome Leonardo Franceschini, que à época ocupava a Subsecretaria de Inteligência do Sistema Penitenciário, falando em nome do Governo, se reuniu com os oficiais do Exército Brasileiro e disse: "Olha, eu acho que isso vai dar confusão, não vai dar certo, não".

"Não, mas temos que pegar. É ordem do general, do Comandante Militar do Leste."

"Eu vou fazer uma proposta a vocês: vocês vão até o presídio, vocês chegam lá, vão entrar lá, tudo direitinho; você usa o nome de Bruno, que é um agente, e você usa o nome de Lima, que é outro agente; e vocês vão passar. Aí, vocês vão ser levados até onde está o chefe do Comando Vermelho, que ele vai mandar entregar as armas."

Só que, na hora lá, alguém esqueceu de avisar que a portaria do presídio estava informatizada, ou seja, eles eram agentes de outro presídio que estariam entrando lá. Quando o cara do Exército botou o dedo, o agente penitenciário, o policial penal disse: "Não; você não é Bruno, não. E você também não é Lima, não". Aí, vejam o ridículo: um policial penal – com todo o respeito – dá voz de prisão a dois oficiais do Exército Brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí se criou aquela confusão, e chamaram o diretor das cadeias de Bangu, dos presídios de Bangu. Ele não sabia o que dizer: "Não; isso é uma operação sigilosa do Exército Brasileiro com a Secretaria de Administração Penitenciária".

"Não, mas, olha, eu" – o diretor do presídio, então, o chefe das cadeias disse – "eu não tenho como"...

Quero saudar aqui o meu amigo Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Prazer em vê-lo recuperado, meu irmão.

Chamam, então, o Franceschini, que tinha acordado. O Franceschini disse: "Olha, faz o seguinte: você quer o quê?". "Não; eu vou lançar isso aqui no livro, porque eu não vou segurar esse negócio aí, não" – o policial penal. Lançou tudo no livro, e ele acompanhou – o chefe da cadeia – a ida dos policiais, dos oficiais do Exército Brasileiro até o chefe do Comando Vermelho preso. E ele disse: "Ó, não precisa ir na Rocinha, não. Amanhã vocês vão lá num lugar em Jacarepaguá chamado Gardênia"...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... "As armas vão estar dentro de um carro, e vocês podem pegar lá. Não vai ter ninguém lá, não."

Ocorreu tudo, ninguém foi preso, e as armas, faltando apenas um fuzil, todas as demais foram recuperadas.

Não sei se o senhor tinha conhecimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É, tenho conhecimento. Perfeito.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Aí, eu até estranhei porque depois me ligou um general, em nome do Comandante do Exército: "O senhor podia nos ajudar". Eu falei: "Eu?". "Não; o senhor podia colaborar, pelo menos dizendo aí quem foi que deu a ordem." Eu falei: "General" –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou pedir aqui para não falar o nome do general porque ele não tem nada com isso; ele estava cumprindo o papel dele – "o senhor quer que eu colabore com o quê?". "O senhor, do jeito que detalhou a operação, o senhor deve saber quem deu a ordem aos oficiais para ir lá, porque o General Paiva não foi; o chefe da apuração, General 'fulano de tal', também não foi; o Comandante Militar do Leste também não foi." "Só falta o senhor dizer que fui eu" – falei. Eu disse: "Olha, eu sou jornalista, eu tenho segredo de fonte, eu não sei quem foi que deu a ordem, mas também, se eu soubesse, eu não ia dizer, não. Isso não é problema meu. É problema de vocês apurar essa situação".

Não sei nem como terminou isso. Gostaria até de saber do General Mourão quais foram as providências adotadas dentro do Exército Brasileiro para essa desmoralização de os oficiais se submeterem a negociar a entrega dos fuzis roubados num quartel em Barueri com traficantes do Comando Vermelho, dentro do presídio no Rio de Janeiro. Isso merecia, no mínimo, um esclarecimento, uma nota do Exército Brasileiro, que nunca teve, que eu saiba – pode ser que eu esteja enganado. O senhor, que é um militar agora na reserva, por causa do seu mandato, podia nos informar.

Então, esses quatro fatos me levaram a uma convicção: havia um acordo claro entre as autoridades estaduais e o Comando Vermelho. Aí eu quis traduzir isso em número. E, pasmem os senhores, o Comando Vermelho, além de recuperar todas as áreas que ele havia perdido, conquistou áreas que eram da milícia. Jacarepaguá, por exemplo, era uma área totalmente dominada pela milícia. Hoje, você tem metade milícia, metade Comando Vermelho, em combates sangrentos. O corredor da Estrada de Madureira – não é Madureira bairro –, que liga Itaguaí até Nova Iguaçu, onde tem vários bairros, Conjunto da Marinha, Botafogo, vários bairros, mais de 30 bairros, aquilo era tudo milícia, e Comando Vermelho tomou tudo.

Eu, por uma situação que vivi, hoje sou guardado por 12 homens da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a pedido do Ministério Público do estado. E acho que, depois do que eu vou falar aqui, eu vou ter que pedir até ao ilustre Presidente que reforce, embora alguns dos homens que trabalham comigo sejam do Bope e têm muito carinho por mim porque eu fui o autor da construção do Bope.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, o Comando Vermelho recuperou todas as suas áreas, se expandiu, enquanto as outras organizações criminosas encolheram. Bom, mas eu precisava entender alguns aspectos e aí eu fui percebendo o *modus operandi* de uma parte da lavagem do dinheiro do Comando Vermelho em setores que depois – eu estou falando isso aqui, é coisa de um ano atrás – vieram aparecer em relação ao PCC na Operação Carbono Oculto. Eles lavavam e lavam dinheiro através de uma rede de combustíveis cujo empresário foi preso por uma denúncia que eu fiz de uma reportagem chamada Operação Caça Fantasma, porque ele havia aberto uma firma no nome de um morto. Aí, eu denunciei, e o Ministério Público prendeu ele.

Quem foi o advogado dele nessa época? Rodrigo Bacellar. *(Pausa.)*

Quem foi o maior contribuinte da campanha de Cláudio Castro? Esse empresário, dono de uma rede de postos de combustíveis do estado. Quem é esse empresário? Hoje, eu disse até, agora há pouco, numa postagem... *(Pausa.)*

Tomei a sua água, errada. Vou descobrir os seus segredos todos. *(Risos.)*

O nome desse empresário é Fernando Trabach – o senhor anote o nome dele aqui. E a lavagem é feita através de uma associação de postos de combustível do Estado do Rio de Janeiro, a Aporcerj. Só que, na Aporcerj, o Presidente é ele, e o resto da diretoria é a mulher dele, o filho dele e o irmão dele – Aporcerj.

Essa empresa, que eu não consegui quebrar todo o sigilo dela, porque aí também tem que investigar, mas também não pode sair da lei, não pode cometer crime em nome da legalidade. Mas teve um ano em que ela movimentou – ela é uma associação – mais de R\$1 bilhão. Uma associação de postos de gasolina? E eu fui saber, com outras pessoas que têm redes grandes de combustível, se eles estavam filiados, e a maioria nem sabia da existência. *(Pausa.)* Como ele tem muitos postos...

Então, eu já dei aqui dois nomes que os senhores deviam colocar no radar. Um chama-se Leonardo Franceschini, atual Subsecretário-Geral de Administração Penitenciária.

Os presídios do Rio de Janeiro se transformaram – e aí eu vou dar aqui três exemplos – num escritório do Comando Vermelho, tanto que os senhores viram aqui, pela reportagem do *O Globo* que eu mostrei, feita em grande parte com os *prints* que eu consegui junto a agentes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penitenciários que não concordam – perdão –com esse tipo de situação, que, quando eles quiseram decretar paz durante o G20, não teve nada, não aconteceu nada, entrou tudo nesse dia...

Bom, e dei o segundo nome, que é o do Sr. Fernando Trabach.

Pois bem. O que acontece hoje de anormal na Secretaria de Administração Penitenciária? Existia um negócio que todo mundo tentava acabar – eu mesmo tentei acabar, mas era difícil acabar – que são as cantinas. E, finalmente, o Ministério Público determinou que acabassem com as cantinas, e o Governo criou um programa que se chama cesta *online*. Como é que funciona a cesta *online*? Cada preso, a família dele tem direito a comprar dois salários mínimos por semana, através de um programa em que ele entra, acessa e cai para uma das duas firmas, dependendo de onde o preso está. Tem a numeração, então ele sabe: "Olhe, se é do número tal ou tal, cai para uma empresa; se é do número tal ou tal, cai para outra empresa", cesta *online*.

Pois bem. Eu achei interessante, falei: "Dois salários mínimos por semana para família de preso...". Está bom, tem preso que pode pagar, a maioria não pode, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... vamos ver a empresa.

Aí comecei a investigar a empresa, aquela coisa habitual de sempre, vamos ver onde fica e tal. Aí eu descubro que uma das empresas – são duas empresas – se chama assim, Cassarotti, e a outra é Locasem. A Cassarotti eu encontrei a sede dela lá perto dos presídios, em Bangu, na Avenida Brasil, tem caminhões; a Locasem, uma pequena casa com telha de amianto, no bairro do... Acho que é Pilar, em Duque de Caxias. Eu até liguei para um colega meu, o Washington Reis, e falei: "Escuta, você conhece esse bairro aí?". Ele disse: "Conheço, até o Governador asfaltou umas ruas lá". Eu falei: "Está bom. Você conhece essa empresa aí?", "Não", "Não conhece a Locasem? Deve ser uma empresa grande, para fornecer alimentação para esses presos todos, são 45 mil presos no sistema prisional do Rio". Ele disse: "Olha, eu não conheço, não".

Aí fui ver o galpão dela, onde ficava. Fica no estacionamento de um supermercado. Não existe, não. Eu falei: "É, rapaz... Não tem sede, não tem galpão... Vamos ver quem é o dono".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pegamos lá o dono, capital social alto da empresa. Descobrimos que o rapaz nem sabia o que era a Locasem. Eu mandei um... Eu trabalho com uma equipe pequenininha lá – né? –, minhas colegas, para quem eu quero até mandar um abraço, a Aline, a Juliana e a Isa, aí descobrimos que o rapaz recebia até Bolsa Família. "Mas como? O senhor é dono de uma empresa que fatura milhões", "Eu?", "Não, consta aqui que o senhor é o dono". Nada.

Na verdade, nós fomos apurando, apurando, apurando e chegamos, Sr. Presidente, à conclusão de que os donos são: o policial civil Fernando Hakme... Aliás, esse cidadão, na CPI do Narcotráfico, foi denunciado pelo Magno Malta, que está aqui. Ele é um homem que fica de plantão dentro do palácio. Foi assim no Governo Sérgio Cabral, foi assim no Governo Witzel e é hoje. No meu período, eu botei ele para fora de lá. Quando apareceu o nome dele na CPI, o Magno me avisou, eu botei ele para fora de lá.

Ele é um dono – um dono –, porque o outro, segundo o rapaz afirmou, era um tal de Abel. "Não, é o Abel, é o Abel..." Eu falei: "Mas como é que você sabe? Quem é esse Abel?", "Eu não sei".

Aí eu fui procurar.... É o Secretário de Governo Rodrigo Abel... Na verdade, ele não é Secretário de Governo, o Secretário de Governo é o seu conterrâneo lá; ele é, vamos dizer assim, é chefe do gabinete ali, é uma pessoa da total confiança do Governador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É o chefe da zorra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Hã?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É o chefe da zorra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – É.

Enfim, dois membros do Governo, donos de uma firma fantasma, faturando milhões. Agora, o senhor imagina 45 mil presos comprando... Dois salários mínimos é verdade que não vende, mas aí o que eu fui descobrir? Que os presos, chefes de facção, pegavam autorização com um número, porque, quando você vai fazer o pedido, você coloca um número, com os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos mais pobres e compravam em nome deles; e as cantinas que antes não existiam e tinham acabado começaram a existir dentro das celas, e eles revendiam.

Eu até peguei uns preços – só para comparar, porque, além de roubarem a população, ainda roubam os presos –, que são os preços que eles colocam dos produtos na tal da cesta *online*.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pode interromper?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Não, Excelência.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, só para...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não é nem para interromper, é só para contribuir com o Garotinho...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, com todo o respeito, é porque o tempo do convidado era de 20 minutos e nós já estamos...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Candidato, não, pelo amor de Deus! Eu não sou candidato, não!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Do convidado...

O tempo do convidado era de 20 minutos e nós já estamos indo para 40 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Depois que ele expuser, aí eu vou abrir para o Relator e abro para o Parlamentar.

Quero registrar presença do senhor e do Deputado Luiz Lima. Bem-vindo a esta Casa!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, por gentileza, se o senhor puder já tentar ir para a conclusão, para que o Relator possa fazer as intervenções e o colega Senador também assim contribuir, bem como o Vice-Presidente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, aí eu pedia ao pessoal...

Por exemplo, eu tenho aqui um item, cortador de unha, que, aliás, não devia nem ter cortador de unha para vender para preso, porque é perigoso, mas tem; no Supermercados Mundial, custa 6,99; na cesta online, custa 19,76. Creme dental Oral-B anticárie – eles colocam lá na cesta também a marca –, no supermercado, custa R\$4; na cesta online, custa 9,56. Eu não vou ficar falando aqui de preço; é só para vocês terem noção da safadeza de roubar preso – roubar preso.

Bom, aí eu digo: isso é um absurdo. Aí, começo a me aprofundar no sistema da administração penitenciária. Sou procurado por um fornecedor de alimentação para os presídios, dizendo que ele foi convidado a participar de uma contribuição mínima de R\$1 por quentinha – 45 mil presos, duas quentinhas, almoço e janta, 90 mil quentinhas; R\$1 por quentinha, R\$90 mil por dia. Ele se recusou.

Então, eu publiquei uma matéria dizendo: "O Rio tem uma nova rainha das quentinhas". O Governador me processou, eu pedi exceção da verdade. Na semana do julgamento, ele desistiu. Pode pegar, está aqui, está publicado. Ou seja, a Secretaria de Administração Penitenciária é fraude sobre fraude, uma atrás da outra. Corrupção generalizada, onde participam o Governador, o seu secretário, a secretária da área.

Quer mudar de área? Então vamos. Vamos para a Secretaria de Educação, onde o Sr. Rodrigo Bacellar indicou a Subsecretária de Educação. A Subsecretária de Educação tem um filho que é o operador do sistema.

No final do ano, assim, entre o Natal e o Ano-Novo do ano passado, eles iam comprar, por dispensa de licitação, 497 milhões em livros. Mas não é livro de estudo, não, é aquele livro de historinha, de uma editora famosa. Aí eu chamei o repórter, um amigo meu, o Gabriel, que trabalha numa grande emissora, falei: "Gabriel, isso aqui você tem que fazer antes de eles comprarem". Ele deu a matéria, eles desistiram e compraram 74 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu poderia citar, na Secretaria de Educação, centenas e centenas de irregularidades, um escândalo. Quem comanda a Secretaria? Professora Roberta. Indicação? Rodrigo Bacellar. Quem opera a Secretaria? Professora Joilza. Indicação? Rodrigo Bacellar. Quem opera todas as safadezas é o Sr. Guilherme Abreu, filho da Subsecretária.

Sr. Presidente, eu disse que daria nomes, porque é leviandade você chegar aqui, fazer uma acusação e não dizer quem é, né?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – E aí vamos... Eu ia chegar na parte principal agora. Mas, eu posso mais dez minutos?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – A gente faz um, assim... É que eu entendo o apreço regimental do nosso Presidente, ele tem razão, para a gente manter o método.

Mas, a partir de agora, minha primeira pergunta é: o senhor pode continuar a apresentação? *(Risos.)*

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Posso.

Aí nós chegamos na Secretaria de Fazenda. Na Secretaria de Fazenda, a equipe principal, secretário... Eu lamento, eu vou ter que citar o nome de todo mundo aqui, inclusive pessoas que... É totalmente administrada por Ricardo Magro – Ricardo Magro. Ele paga e muito bem.

Agora, qual é a vergonha? Eu publiquei os vídeos de um jantar que ele promoveu em Nova York, até quiseram me... Vai, meu irmão. "Mas como é que você conseguiu esse vídeo?". Não é problema meu. Estavam presentes, no jantar em Nova York: o Governador; o Secretário Rodrigo Abel; o Secretário de Fazenda; o Ministro, Ministro não, o Líder do Governo do Senado, o Sr. Jaques Wagner, que discursou; o então Ministro Barroso, representando o Supremo Tribunal Federal, num jantar do maior sonegador de impostos do Brasil; e o Presidente da Câmara, Hugo Motta, além de outras figuras que foram citadas pelo cerimonial do evento.

Gente, eu vi aquele vídeo; eu não acreditava. Patrocínio da Refit.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, ali são milhões, porque ali, Sr. Presidente, é uma engrenagem que envolve Fazenda; AgeRio, que é a agência de desenvolvimento do estado; e Codin, a companhia do distrito industrial, que é a empresa que concede incentivos fiscais. E para o dinheiro do incentivo fiscal voltar uma parte, como é que eles fazem? Contrataram um escritório de consultoria tributária, que tira a nota e devolve o dinheiro. Tudo na cara de todo mundo.

O senhor vai me perguntar: "Ah, mas contra o Sérgio Cabral, o senhor veio aqui em Brasília, fez uma representação [tinha duas mil páginas], mostrou todo mundo, todo mundo foi preso. Por que o senhor não fez agora a mesma coisa?". Bom, eu estava até preparando, disse ao senhor ontem, mas quando eu vi que houve um atalho, que o Ministro Alexandre de Moraes usou o fato de ele ser Relator da ADPF das favelas e, aproveitando-se daquele fato, prendeu o Presidente da Assembleia, que depois foi solto... E eu já tinha conhecimento de tudo que aparecia como informações. O Rodrigo Bacellar, Sr. Presidente, e o Governador montaram duas organizações criminosas: uma na Assembleia Legislativa... O senhor vai ver, se essa investigação for a fundo, a lamentável situação... E vou dizer para o senhor, corrupção não tem partido. Tem gente de tudo quanto é partido envolvido. Tem uma lista de 47 Deputados que recebem mesada – 47 Deputados –; vai aparecer, está no telefone dele.

Ele foi preso com três telefones, dois eram telefones e um era uma agenda. Ele usava o telefone como agenda porque ele achava que nunca ia ser pego.

Agora há pouco eu tive a notícia – vai sair ainda na imprensa, eu acabei de publicar na hora que eu estava entrando aqui – de que já encontraram uma conversa dele com o Corregedor do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro. Então o senhor vai ver que esse negócio, se for para passar limpo, vai ser muito forte.

Então, Sr. Presidente, assim, eu teria aqui dezenas de outras situações. Fico à sua disposição; se o senhor quiser tirar dúvidas de qualquer coisa, se o nobre Presidente quiser também perguntar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço pela colaboração inicial, Governador Garotinho, e agradeço aqui pela concessão do nosso Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor verbalizou que o Rio de Janeiro hoje, nessa esfera de interface entre o crime organizado e o poder público, teria duas organizações criminosas: uma na Alerj e outra no Governo. Definindo isso e tentando traçar uma espécie de organograma, na cabeça da organização criminosa da Alerj eu teria o Deputado Bacellar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na cabeça da organização criminosa do Governo, quem seria?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – O Governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O próprio Castro.

Abaixo deles, quais seriam os nomes mais relevantes dentro dessa estruturação de crime?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, na assembleia tem a chamada "tropa do Bacellar", que são os Deputados Poubel, Alan Lopes – e eu não me recordo, tem um terceiro – Amorim, Rodrigo Amorim, que é o Presidente da CCJ. No Governo, aí é geral, mas tem aquela turma que eles chamam lá de "turma do charuto" – não sei por que esse apelido, não sei nem se o Governador usa charuto, mas é o apelido da "turma do charuto" –, que é o Governador, o seu conterrâneo, o Sr. André Moura...

Aliás, Senador, o Sr. André Moura, o que ele vem aprontando no Rio de Janeiro é quase que um refúgio. Ele está fugindo de Sergipe, porque não é possível que o cara faça as situações que faz lá com tanta desfaçatez. Eu não sei se V. Exa. tem conhecimento, ele estava guardando um alto valor dentro de casa, e aí o dinheiro sumiu. Aí ele deu parte como um assalto. O senhor conhece, o senhor é Delegado de Polícia... O Contarato está até rindo, ele é Delegado de Polícia. Na verdade, ele deu uma volta... A polícia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – É. Um banho. O termo policial é este: ele deu um banho. Mas eu não vou discordar do delegado de polícia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando ali na "turma do charuto": Rodrigo Abel, André Moura, o Governador. Deixe-me ver mais quem ali... O Fernando César, que é o cara que faz o jogo, assim, mais sujo. Olha, é difícil, o secretariado... O Governador não era uma pessoa experiente, ele era Vereador antes de ser, e caiu ali de paraquedas, assumiu numa eleição e tudo ele terceirizou. Então, assim, entregou para o Rodrigo Bacellar para montar. Então, cada secretaria é um feudo, e cada um quer obter para si e para o grupo o maior lucro possível. É difícil chegar aqui e dizer: "Olha, fulano não está". Entendeu? Mas, assim, quem tem o dever de zelar por isso é o Governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode apontar... O senhor já fez isso na sua declaração inicial, mas falando da organização criminosa, nas suas palavras, na organização criminosa da Alerj, a captura do orçamento se daria por que vias? O senhor deu alguns exemplos, mas particularmente a turma que seria, nas suas palavras, comandada pelo Deputado Bacellar, se apropriaria do orçamento de que forma?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, embora tenha emenda impositiva, não tem na proporção que tem aqui no Governo Federal, é muito pequena.

A captura do dinheiro, não do orçamento, é feita através da seguinte forma: o Rodrigo Bacellar arrecada... O senhor vai ver que vai aparecer na agenda: 400 mil, educação, entregues ao Vinícius – Vinícius é o irmão do Governador –, vai estar na agenda do Bacellar; secretaria tal, tantos mil, dia tal. Aí vem uma outra página: Deputado Fulano de Tal, marca o dia tal, 80 mil. Vai ter até briga entre eles, porque o valor para cada Deputado é diferente. Acho que eles vão acabar ficando chateados, vamos dizer assim, pelo nível que cada um tem.

Então, funciona assim. O Rodrigo fica com uma parte grande – é visível pelo enriquecimento ilícito dele. Eu, inclusive, apresentei uma representação, através de uma interposta pessoa, por enriquecimento ilícito dele ao Ministério Público, e o Ministério Público arquivou; e depois o Conselho Superior do Ministério Público reabriu. Ele está sendo investigado por enriquecimento ilícito. Porque o principal laranja dele... Ele não tem um, ele tem vários, mas o principal laranja dele é um advogado chamado Jansens Calil. Esse Jansens Calil comprou duas coberturas em Botafogo, de frente para o Palácio da Prefeitura, e o Rodrigo Bacellar mora lá. Quanto o senhor acha que custa o aluguel de duas coberturas em Botafogo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

andar inteiro? O Rodrigo Bacellar paga R\$2 mil. Aí foram perguntar ao Sr. Jansens por que ele faria isso. "Não, um homem influente com tanto poder como ele, eu quero ser amigo dele."

O Rodrigo Bacellar – eu mostrei, fiz uma reportagem tem duas semanas – está construindo na minha cidade um clube privado, com quadra de tênis, com campo de futebol, com heliponto... Eu comecei a desconfiar, né? Minha cidade lá... Eu mandei o pessoal ir lá, e disseram: "Não, o Deputado desce ali e está mandando fazer um heliponto para ele descer ali". Na cara de pau! O terreno custou 3,5 milhões. Se a Polícia Federal não achou mais dinheiro hoje, é porque não foi a uma das casas que não está no nome dele, está no nome do irmão dele, que é o outro grande laranja dele, que se chama Nelson Bacellar – estou dando o nome – e que comprou uma casa num condomínio em Campos chamado Granja Corrientes.

Esse caso é interessantíssimo. O cidadão trabalhava nas plataformas, um engenheiro holandês, que foi chamado pela matriz, então teve que vender a casa às pressas. Vendeu lá por 4 milhões. Aí, não satisfeito com isso, o irmão dele comprou o terreno do lado direito, de um policial civil, e, do lado esquerdo, do meu querido Prof. Luciano D'Angelo – vendeu o terreno –, e construiu uma fortaleza, a casa é um negócio impressionante. Não saiu na imprensa, porque ele controla lá a delegacia de polícia, mas um rapaz, procurando uma casa para alugar, passou em frente à casa lá, tomou tiro no carro. Achavam que estavam bisbilhotando, que era alguém ligado a mim, que estava filmando alguma coisa; não, tomou tiro. Lá tem muito dinheiro guardado.

Agora, eu estou falando aqui, eles vão tirar. Tem um lugar aqui que é onde tem mais, eu prefiro não dizer a V. Exa. aqui de público, porque senão eles vão lá e tiram.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. Com relação, nas suas palavras, à organização criminosa que seria comandada pelo Governador Cláudio Castro, também a captura do dinheiro, esse sequestro lá dos recursos públicos do Estado de Rio de Janeiro, se daria nas secretarias?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Nas secretarias... Nas secretarias e em negócios, tipo diferimento. Olha, o cara é o maior devedor de imposto do estado, você ainda faz para ele incentivo para importar querosene e óleo diesel? O cara tem que ser punido!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, negócios tipo o Ricardo Magro e outras figuras, o Trabach... Eles controlaram a agência de energia. Então o cara quer botar gás no posto, tem que pagar 500 mil. Se não pagar 500 mil, não autoriza, não tem licença para botar no posto de gasolina gás. Foi um escândalo!

Relator, Senador Alessandro, eu levei dois anos investigando Sérgio Cabral, eu achava que não ia ver nada igual; se bem que o Sérgio Cabral presta consultoria para o Presidente da Alerj, o filho dele trabalha no gabinete do Bacellar, mas não precisava chegar a esse ponto. Eles só não estão roubando mais do que o Cabral porque, na época do Cabral, tinha a Copa do Mundo, tinha a Olimpíada, tinha muitas obras do PAC que o Governo Federal colocou lá, mas em proporção é uma coisa impressionante. Se tiver uma investigação séria, vai faltar... Já falta, né? O Rio de Janeiro hoje tem um déficit de 50% de cadeia, nos últimos sete anos não foi construído um presídio, uma casa de custódia. Mas vai faltar cadeia pra autoridade, porque autoridade lá fica no Bangu 8; vai faltar cadeia.

O seu colega... perdão, o seu conterrâneo, não é seu colega – pela sua postura o senhor não pode ser colega do André Moura. Está se falando desse escândalo aí do Banco Master. Eu fui o criador do Rioprevidência, na época foi a forma como eu e Fernando Henrique, junto com Pedro Malan, encontramos de capitalizar o fundo, pegando valores de *royalties* futuros, trazendo a valor presente e transformando em títulos, que só podiam ser usados para pagar os aposentados. Pois bem, mudaram a lei, e o título hoje pode ser usado para qualquer coisa.

O Rioprevidência, só com o Banco Master, botou R\$930 milhões depois de advertido pelo Tribunal de Contas de que o banco estava em processo de falência. Mas não é só isso, não! A Cedae, que tem um outro fundo de previdência muito forte, botou 250. Vão perder o dinheiro todo, porque foi naqueles títulos que não têm cobertura do Fundo Garantidor de Crédito. Vai quebrar o fundo? Vai atrasar os salários dos aposentados? Não vai, porque o fundo tem R\$9 bilhões, mas quem vai ser responsabilizado? Todo mundo sabe, até as paredes confessam – como diz aquela canção, né? –, que quem indicou essa diretoria do Rioprevidência foi o Rueda junto com o Andre Moura.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o senhor tem informação de algum benefício recebido por eles pela aquisição dos títulos podres do Master?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, eu tenho, mas eu não quero falar aqui o valor, porque a pessoa que me informou depois pode não querer confirmar – é diretor lá, trabalha no fundo, né? Mas é um valor alto, acima de R\$1 milhão por aplicação, tá? O Sr. Antonio Rueda e o Sr. Andre Moura, Banco Master.

Então, assim, além daquela corrupção cotidiana, da licitação fraudada, da... Um negócio que a lei tem que mudar rapidamente: adesão de ata! Estão aderindo a ata com uma facilidade enorme. Seria uma coisa boa se não tivesse picareta no mundo, mas, do jeito que tem, não tem como. A adesão de ata no Rio é assim, uma atrás da outra. Então, se o senhor me perguntar, qual a modalidade de corrupção que tem lá? Todas. Todas. É adesão de ata, é superfaturamento, é obra paga e não feita, é material que não foi entregue, é esquema com Trabach no combustível, com Ricardo Magro na Refit, é esquema no Master, é esquema em tudo!

Eu lamento que ainda tenha alguém no estado que não veja isso. Eu acho até que muita gente vê, mas nós chegamos a um ponto de naturalização...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, é verdade.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... do crime que algumas pessoas pensam: "Ah, todo mundo faz isso". Isso é ruim, porque as pessoas honestas acabam sendo julgadas por esse tipo de bandido, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aí, Governador, entrando para o momento da... porque a corrupção se... A corrupção avançou no Rio de Janeiro, a gente já entendeu, nesse cenário, mas um dos pontos, e talvez o ponto fundamental para esta CPI, é o momento em que você tem a vinculação com o crime armado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu citei no início, aqui, os pontos ali...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... do Comando Vermelho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – De conexão entre o Deputado Bacellar e as lideranças do Comando Vermelho, o senhor coloca isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não só do Bacellar, mas do sistema penitenciário, o Leonardo Franceschini.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

Essa conexão tem uma derivação da conexão tradicional da política fluminense com o jogo do bicho ou é uma nova construção?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É uma nova construção?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não. O jogo do bicho se profissionalizou e criou o Escritório do Crime, cujo elemento principal morreu em "confronto", entre aspas, com a polícia, o Capitão Adriano, que eu prendi quando fui Secretário de Segurança – era um policial valente, mas com pouquíssimo caráter e não honrava a polícia. Então, o Escritório do Crime contrata, é contratado pela contravenção. É assim: "Quer matar fulano?".

É por isso que eu tenho minhas dúvidas – sabe, Excelência? – em relação à morte da Marielle, mas não é o caso aqui, eu não vou tocar no assunto, porque, para mim, a coisa não foi bem como tentaram colocar ali, não, mas em outra oportunidade.

Eu estou procurando aqui, Sr. Presidente, ser o mais objetivo possível, espero que esteja sendo. Eu sei que, amanhã, parte da imprensa vai dizer: "Ah, não falou, não tem prova...". De tudo que eu estou falando aqui eu tenho prova. Eu estou dando o nome, eu estou dando os fatos, eu estou trazendo aqui reportagens que foram feitas. Eu estou trazendo aqui – como no caso que o General Mourão disse que já sabia – a cópia do livro de entrada do presídio onde foi registrado... Então, é para amanhã não dizerem assim: "Não, o Garotinho foi lá e não falou nada". Eu estou falando tudo! V. Exa. pergunte tudo o que quiser.

Porque eu conheço... Eu sofri na pele uma certa tentativa de destruição da minha imagem, porque eu tinha atacado o sistema. E o senhor sabe que quem vai contra o sistema, especialmente o sistema financeiro, neste país não tem muito futuro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – No tocante a essa parceria ou infiltração do Comando Vermelho, em particular o Comando Vermelho, com o Governo do estado, de que forma se deu essa expansão do CV em contrapartida à redução da atuação de milícias e outras facções? E em que ponto você tem indicativos ou notícias de movimentação de tropa, definição de delegacia, titularidade de delegacia ou comando de batalhão vinculados diretamente a essa intersecção entre Comando Vermelho e poder público?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, o senhor deve ter lido – porque saiu em todos os jornais – a briga que havia no Rio de Janeiro para indicar chefe de polícia, tanto da civil quanto da militar. Bacellar chegou quase a romper com o Governador se não indicasse o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ele queria... Chegou a indicar um delegado, que depois foi afastado. Os atuais chefes me parece que não estão seguindo a orientação dele, quero ser aqui bem sincero, mas funcionava desta maneira: indicava o chefe da civil, aí o Deputado da base, da lista dos 47, chegava e dizia: "Ó, delegacia da minha área é fulano de tal". O senhor vai ver que, dentro de poucos dias, vai ter um Deputado aí que vai ser preso. Ele botou dois – ainda quando era um outro comandante da polícia –, botou dois policiais militares à disposição do gabinete dele, e eles fazem segurança para o Peixão – Peixão, criminoso terrível lá do Rio de Janeiro. Ele vai ser preso, não tenho a menor dúvida. Vai na próxima lista.

Então, assim, esse envolvimento... Eu queria até, se V. Exa. me permitir, tocar aqui num assunto que eu acho que é importante para esta Comissão, mas eu acho que ele é mais importante para o Brasil, porque a gente não chega a um lugar por acaso. Como é que eu fui parar no TH Joias? Eu lhe contei ontem. Um dia, eu estava lá no meu escritório, um rapaz me liga e diz: "Ó, sabe quem desceu de helicóptero aqui na minha cidade?". É uma pequena cidade que o Deputado Luiz Lima conhece, Natividade, Noroeste Fluminense. "Quem desceu aqui de helicóptero agora é o Rodrigo Bacellar", "É mesmo? Dá para você tirar uma foto desse helicóptero e mandar para mim aí?". Aí tirou a cópia e mandou. Eu notei que, além do prefixo, havia duas letras grandes pintadas no helicóptero. O que será isso? Aí comecei a ligar para as empresas de táxi-aéreo para descobrir o que era aquele M-M – M-M, M-M. O que será esse M-M? Bom, descobri a empresa de táxi-aéreo onde o helicóptero estava: "Escuta, de quem é esse helicóptero em que o Deputado está andando aí?", "Não se mete nisso, não; é complicado, esse cara é complicado, esse é o Barão do Ouro aí", "Barão do Ouro? Quem é esse cara?", "É um cara



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Pará aí, é o dono da Gana Gold, uma das maiores empresas de ouro do Brasil". Já tinha sido preso pela Polícia Federal. Até eu depois liguei para uns colegas meus de rádio lá do Sistema Liberal de Comunicação, do Pará: "Rapaz, não se mete com esse cara. Esse cara é tão poderoso que ele se mudou agora para uma cidade pequena, e casou com uma moça lá novinha, e o Prefeito decretou feriado no dia do casamento dele", "O cara tem tanto dinheiro assim?", "Tem muito dinheiro".

Irmão, para que esse cara está emprestando um helicóptero para um Deputado no Rio de Janeiro? Tem nada no Rio, ou eu achava que não tinha.

Aí, você sabe aquele *modus operandi*, né? O cara tem uma grande empresa com capital social grande, ele abre outra em outro estado, coloca no nome de uma outra empresa e coloca o capital da sua empresa. E vai fazendo assim. Aí descobri empresa dele em Minas Gerais, descobri empresa dele no Mato Grosso, descobri empresa dele em Goiás, descobri empresa dele no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro? O nome da empresa dele se chamava Zocar Caminhões. Caminhão? O que essa empresa tem encontrado? Cedae, para transportar água.

Bom, o Rio de Janeiro fazer transporte de água, naquele volume que estava se dando, tinha fatura de 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões. Aí eu falei: "Ih, rapaz, é complicado". Mas vamos ver, né? Pode ser que esse cara tenha tanto interesse assim.

Mas não me conformei, não. Eu falei: "Eu acho que é muito pouco para ele emprestar um helicóptero". Mesmo que eles estejam fraudando, bota 10 caminhões, diz que são 50, ninguém anotou aquilo lá, não atestou. E a Cedae, indicação do Presidente, era do Bacellar também.

Aí eu descobri que ele tinha uma sociedade no Espírito Santo, com uma outra firma. E essa outra firma do Espírito Santo tinha capital social numa construtora no Rio, que tinha um contrato de 400 milhões para fazer o aterramento do Novo Guandu. Aí, 400 milhões, não é transportar água, é outra coisa.

E aí fui me aprofundando, e aí descobri que eles recebiam propina em ouro. Parte do dinheiro que eles recebiam de propina era pago em ouro. Eu até lamento que não esteja aqui um Deputado do Rio de Janeiro, que eu lhe contei ontem, que estava aborrecido com o Governador, e foi lá pedir uma ajuda: "Queria que meu pai fosse nomeado. O Governador tratou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comigo e disse que ia me dar a secretária". Eu falei: "Eu não falo com o Governador, o Governador pode ser...". "Não, mas o senhor me dá uma ajuda aí, me dá uma coisa dele aí para eu falar." "Não, vou vender informação para você? Mas, olha, eu vou escrever isso aqui para você, você vai lá na tribuna da câmara, sobe e fala." Aí escrevi para ele: "Governador, [ele fez o discurso aqui], o senhor vale ouro, o senhor e o Presidente da Assembleia são homens que brilham, são homens de um quilate que não pode ser medido". Segundo ele me contou, quando ele desceu no aeroporto do Rio de Janeiro, o assessor do Governador já estava lá esperando ele; ele não entendeu nem o que ele falou, que ele não sabia também, porque eu não contei para ele o que era, que eu tinha medo dele vender a minha informação. Nomeou o pai dele; infelizmente, veio a falecer depois e tal, mas foi o secretário.

Então, assim, aí eu falei: "Ouro? O que esse pessoal faz com tanto ouro?". Eu disse: "Eu não vou dar todos os detalhes aqui, porque aí eu, para pegar o crime perfeito, eu preciso de uma informação da CVM". O senhor sabe que existem muitos títulos lastreados em ouro, né?

Mas eles pegavam parte do ouro e davam para o TH Joias, e o TH Joias fazia as suas obras de arte, que ele é um excelente joalheiro, para Vini Jr., para grandes artistas e para todos os traficantes do Rio de Janeiro.

Diga-se de passagem, é uma injustiça com o TH Joias dizer que ele é do Comando Vermelho. Ele faz joias e vende armas pra todas as facções.

Ele tem um namorado que é do Comando Vermelho. Ele tem lá uma relação, com o Comando Vermelho, nesse nível. Ponto. Agora, ele fornece droga e *drone* e arma pro Terceiro Comando – milícia não sei, mas deve fornecer também – e pro Comando Vermelho, em maior intensidade, mas ele não é um traficante do Comando Vermelho. Ele é um bandido, que tem ligações com o tráfico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dentro desse contexto, Governador, de proximidade com as facções, enfim, infiltração criminosa, o que explica e por que aconteceu, na forma como aconteceu, a Operação Contenção, recentemente realizada pela polícia carioca?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Bom, há várias versões. Eu fico com a seguinte versão: o julgamento do Cláudio Castro por outro crime que ele e o Bacellar cometeram juntos, que foi o caso Ceperj, estava muito próximo, e ele sabia do voto da Relatora, a Relatora Gallotti... Seria um voto pra arrebentar.

E foram contratados 27 mil cabos eleitorais para receber, na boca do caixa, dinheiro.

No Rio, onde ele tem uma ampla maioria, ele ganhou por 4x3 no TRE. Um voto suspeitíssimo do cidadão que votou e, dois meses depois, virou Desembargador.

O senhor sabe que eu, como Governador, nomeei desembargador, e minha esposa também. Esse cidadão que deu o voto ali, que foi o voto minerva, dois meses depois virou Desembargador.

Então, eu acho que a operação, ali, foi um desvio de foco, uma covardia contra a polícia... Morreram cinco policiais, e tem vários outros feridos. E não se tem, até hoje, prova contundente, clara, de que aquelas pessoas que morreram... Tinha criminosos? Tinha, mas e o resto? Cadê ali?

E o Ministro Alexandre de Moraes – eu quero dizer aqui, claramente, por quem eu não tenho a menor simpatia; quero deixar isso bem claro – virou e, como Relator da ADPF das favelas, pediu pra que fosse preservado o local, para que ele mandasse peritos independentes fazerem a perícia.

Sabe qual foi a resposta do Governador? "Só se fizer outra operação, porque não dá pra voltar lá".

Ó... Então, a operação foi para quê?

E o principal alvo, que era o Doca, não foi preso. Doca já estava em Paraisópolis, sob a responsabilidade do Primeiro Comando da Capital.

Porque há também essa ilusão, né?, mas PCC e Comando Vermelho são totalmente diferentes.

O PCC trabalha no atacado; o Comando Vermelho é varejo. Agora o Comando Vermelho começou, muito de forma incipiente – pega aquela matéria aqui só para... –, incipiente, a entrar no atacado. Mas, só para ter uma ideia da dimensão de uma coisa para a outra, o Comando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vermelho tem muito poder porque ele domina muitas bocas e bicas. Se você chega à Rocinha, por exemplo, há uma boca de fumo. Tem lá 30, 40 bicas. Cada bica dessas tem um gerentinho, e a boca tem um gerentão. E todo mundo armado, né? Então, assim, o poder de gente armada deles é muito grande.

Eu publiquei uma nota no dia 23 de outubro, depois de ter uma longa conversa com um policial que trabalha na Polícia Federal em São Paulo e está dedicado, debruçado, junto com o Promotor cujo nome agora me fugiu, a estudar o caso do PCC lá em São Paulo. É um Promotor bastante conhecedor. Então, ele me relatou, no dia 23 de outubro, o seguinte: o PCC tem o controle absoluto do Porto de Santos, de onde sai a maioria das exportações de cocaína para o exterior. O PCC está hoje em 30 países e tem contato direto com os cartéis de droga do México, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o que sobrou, a máfia da Calábria e o Hezbollah. Os principais mercados do PCC são Europa, Oriente Médio e África. Eu perguntei: "Estados Unidos?". "Não, Estados Unidos os mexicanos não deixam entrar". O PCC tem hoje, segundo o SIS, uma espécie de sistema de inteligência de Portugal, mil membros em Portugal – mil! É dali que é distribuído para toda a Europa.

O PCC não age da mesma maneira em todos os países. Em Trinidad e Tobago, ele troca cocaína por ouro; em Gana, por diamante; e, no leste europeu, por arma. O PCC financia cursos para membros das suas organizações para serem juízes, delegados da Polícia Federal, promotores de Justiça, delegados da polícia civil e outros cargos estratégicos no Judiciário. Além da infiltração no setor de combustíveis, o PCC tem hoje uma ampla rede de motéis – ele calcula entre 150 a 200 motéis –, mais de 1,5 mil farmácias, imóveis e controla 40% das *bets* legalizadas. E, no setor público, eles estão entrando em construtoras para obras públicas e empresas de ônibus.

Marcola e Fernandinho Beira-Mar aparentemente são chefes dessas facções, porque eu me recuso a acreditar, tendo um pouquinho de inteligência, que um negócio desse tamanho... Um camarada como Marcola pode até ter criado o seu braço armado, mas isso fugiu ao controle. Isso hoje é uma grande empresa multinacional. Ficar achando que vai resolver esse problema dessa maneira é um equívoco – é um equívoco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ele me falou outras coisas aqui e disse que, através de advogados, Fernandinho... E quem manda hoje no Comando Vermelho ainda é Fernandinho Beira-Mar; eu digo nessa parte operacional, como quem manda é o Marcola. Essa parte operacional é a visível, agora nós estamos entrando na parte invisível. Eles ficam com a menor parte do dinheiro, a grande parte do dinheiro vai para operadores. Como é que você pega uma *fintech*... Acha que o Marcola abriu uma *fintech*, acha que o Marcola controla 1,5 mil farmácias, motéis...? É claro que tem todo um sistema empresarial que se beneficia do crime, e os governos são coniventes, porque hoje, se eu quiser, através do equipamento que a Receita Federal tem, comprar um barbeador, pedir a nota fiscal, a Receita vai saber. E como é que isso tudo se movimenta, bilhões dentro do país e ninguém sabe? Ou não queriam ver, ou não querem ver.

Então assim, para mim, Senador Alessandro, há uma certa – ou houve até determinado momento, não sei – uma certa cumplicidade. É muita gente grande envolvida nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Seguramente.

Governador, caminhando já para o encerramento da minha participação aqui, o senhor mencionou uma organização criminosa vinculada à Alerj, uma organização criminosa vinculada ao Governo do estado – na Alerj, sob o comando do Deputado Bacellar, e a do Governo do estado sob comando do Governador Cláudio Castro. O senhor apontou aqui três ou quatro nomes em cada organização criminosa que seriam de maior relevância.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu poderia até dar mais nomes aí, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor apontou aqui fatos concretos que podem ser apurados, vinculações a escândalos já conhecidos, outros escândalos novos que estão chegando, formas de lavar dinheiro. Eu quero lhe perguntar com relação à infiltração do crime organizado no Poder Judiciário e no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: se a gente consegue definir também como novas organizações criminosas ou se essa infiltração ainda é pontual.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador, quando eu denunciei o Sérgio Cabral, daquela denúncia, o chefe do Ministério Público foi preso, Cláudio Lopes, recebeu uma mesada de 150 mil. Quem não foi punido? O desembargador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha denúncia era falsa? Não, minha denúncia... Os peritos do CNJ disseram: "Não, está totalmente embasado, tudo que ele falou aqui é verdade". Mas houve um apelo à Ministra Presidente do CNJ, dizendo que ele era formado em direito, não entendia de engenharia, que ele foi induzido a erro pelos engenheiros do tribunal; puniram os engenheiros do tribunal, e o desembargador não foi punido.

Agora, o que nós estamos vendo? Um desembargador federal preso hoje; o Corregedor do Ministério Público estadual – gravações que já estão em poder da Polícia Federal, de conversa dele informando a Bacellar... Então é total. Não vou dizer que "os Poderes", mas, assim, tem... Agora mesmo foi afastado um lá no Rio de Janeiro também: em todo plantão dele, ele soltava traficante. E o senhor deve saber quantos *habeas corpus* foram dados a traficantes durante o ano passado. O senhor sabe o número?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não tenho o número agora, mas o senhor pode informar à gente?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Seis mil e duzentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só pela Justiça do Rio de Janeiro?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, Supremo e STJ, as cortes superiores. Se o senhor for botar os tribunais estaduais, aí passa disso. Eu estou falando só dos tribunais superiores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, da minha parte, eu estou satisfeito com a colaboração do Governador. Agradeço pela presença, pela coragem, e fico aqui acompanhando para mais manifestações, conforme o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Muito obrigado, Relator. Parabenizo V. Exa. pela forma como vem conduzindo, ao passo que quero também cumprimentar o convidado, o Governador Anthony Garotinho, pela sua exposição, de forma didática.

Eu vou ser bem direto e objetivo. O senhor foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 99 a 2002. Posteriormente, a esposa do senhor o sucedeu, de 2003 a 2007.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Não, 2006.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A 2006, desculpa. E o senhor foi Secretário de Segurança Pública...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Dela, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso. Como Secretário de Segurança Pública... Eu sei que é uma função desafiadora porque, constitucionalmente, à luz da Constituição, se o senhor pegar o art. 144, que tem ali as atribuições das instituições de segurança pública, nós temos ali a competência da polícia estadual para, primeiro, prevenir, através da polícia militar; depois a polícia judiciária, no âmbito estadual, chefiada pela polícia civil; e naquelas infrações residuais, quando há interesse da União ou de caráter internacional ou interestadual, a competência da Polícia Federal. O senhor, como Secretário... tanto como Governador, depois a esposa do senhor como Governadora, depois o senhor como Secretário de Segurança Pública tinha uma missão ali também, de alguma forma, na medida do que era possível, obviamente, de coibir a atuação do Comando Vermelho. O que o senhor fez ou o que o senhor faria diferente, para que não chegasse da forma como chegou hoje, nessa atuação?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador Contarato, eu prendi Fernandinho Beira-Mar e prendi 87 líderes do Comando Vermelho. O Comando Vermelho abriu espaço para a existência da milícia, porque eu prendi o Comando Vermelho todo. Eu prendi Marcelinho Niterói, Marcelo PQD e todos eles – não vou ficar aqui nominando esses criminosos. Por quê? Quando eu assumi, o estado estava totalmente desestruturado financeiramente e do ponto de vista da segurança. Nós tínhamos um secretário lá, que era um general, que dizia o seguinte: "Atira primeiro e pergunta depois", General Cerqueira. Eu disse: "Olha, acabou isso, não vai ter mais 'gratificação faroeste', e a minha política de segurança é prevenção, modernização do aparelho policial e repressão qualificada".

Na prevenção, eu implantei 64 programas – Jovens pela Paz, Reservista da Paz –, todos os programas voltados para um público específico: jovens que eram autores e vítimas de crimes, os maiores são para jovens, autores e vítimas de crimes. Reservista da Paz: o sujeito que sobrava do alistamento militar eu botava para ficar no batalhão da polícia da área, pagava um salário



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, dava uma bolsa, e ele ficava ali. E o Jovens pela Paz tinha programa de cultura, música, enfim, todo tipo de atividade dentro da comunidade. Se o senhor pega o Mumuzinho, era do Jovens pela Paz. Se o senhor pega vários artistas populares, saíram desses programas que nós fizemos, prevenção.

Modernização do aparelho policial. O Bope não tinha sede, eu que construí. O Bope vivia aquartelado no batalhão de choque. Eu construí a mais bonita sede de um quartel no Brasil, era onde ia ser um hotel, na Tavares Bastos, que tinha sido interditado. Eu construí lá a sede do Bope com estande de tiro, com trilha, com tudo que o senhor puder imaginar para treinamento do Bope. Eu posso dizer ao senhor: o Bope pode ter defeito, mas é uma das melhores e mais eficientes polícias do Brasil.

Eu criei a Core, que é uma espécie de Bope, só que da polícia civil, que é a Coordenadoria de Repressão, da polícia civil. A polícia civil e a polícia militar usavam um revólver 38 em 1998. Eu comprei as primeiras pistolas ponto 40, modernizei o aparelho policial. Eu comprei helicópteros para o GAM – o GAM é grupo aéreo marítimo –, por quê? Porque nós detectamos que grande parte das armas entraram pela Baía de Guanabara, como continuam entrando. Então, era preciso fiscalizar. Compramos helicópteros para a polícia militar e para a polícia civil. Nós criamos o Getam. O que é o Getam? Grupamento Especial Tático Móvel. No Rio, tinha mania de ter bonde à noite, aqueles bondes de bandido. Então, eu criei o chamado Bonde do Bem. Eram cinco Blazer, cinco homens em cada um, 25 homens armados com fuzis. No primeiro confronto que teve, acabou bonde no Rio. Voltou depois que eles acabaram com o Getam.

Eu criei o ISP (Instituto de Segurança Pública) porque os números eram fornecidos ao secretário de segurança num pedaço de papel. Cada delegado anotava num papel e mandava para a secretaria. E botei para dirigir o ISP uma pessoa independente, uma socióloga, porque se botar policial ele manipula. Porque eu passei, ao acabar com a "gratificação faroeste", a gratificar pelo desempenho, ou seja, a delegacia que diminuísse o roubo de automóveis, o furto de automóveis, o roubo de transeuntes e fosse mais eficiente, toda a delegacia, era premiada. Então, não era criar auto de resistência matando.

Então, eu poderia falar que dezenas de tudo que tem na segurança pública, ainda hoje, foi criado por mim. Eu peguei o Rio com dez sequestros por dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peguei o Rio com dez sequestros por dia. Você não vê falar de sequestro mais no Rio de Janeiro há muito tempo, porque eu mudei a Divisão Antissequestro. Coloquei lá um delegado e ele me disse: "Vou ter que prender meus colegas". Eu disse: "Prenda". Os primeiros a serem presos foram quatro delegados, porque a Divisão Antissequestro sequestrava e pedia resgate.

Então, só para concluir, ontem tive uma conversa com o Senador Alessandro, pedi até a ele que fizesse um projeto nesse sentido, porque há maneiras de combater a droga a curto prazo? Há. Mas vai solucionar? Não. Pode melhorar? Pode, mas não vai resolver da maneira como nós precisamos.

Três pesquisadores... Pessoas que, além de pesquisadores, tinham um pouco de conhecimento de filosofia fizeram para si uma pergunta: "Por que cada vez mais pessoas do mundo inteiro estão usando mais droga?". E, ao não encontrar a resposta, partiram para um projeto entre Harvard e Cambridge, duas universidades muito importantes. Pegaram 500 garotos de seis anos e botaram num grupo, e botaram 500 garotos de seis anos em outro grupo. Esse grupo aqui, a partir de seis anos, teve esporte de rendimento obrigatório – obrigatório. Quando chegaram aos 15 anos, 2% foram para droga. Do outro grupo que não teve esporte de rendimento obrigatório, 38% foram para as drogas. Por quê? O que o esporte de rendimento faz no organismo? O que a droga gera? Adrenalina, e o esporte também. Eu estou aqui diante de um atleta. Você não tem adrenalina, serotonina, dopamina? Todas as substâncias, os hormônios que a droga pode produzir no organismo, o esporte de rendimento também pode.

O senhor já imaginou se o Brasil decide pôr, como lei, de forma obrigatória, a prática de esporte de rendimento e o cara ter que passar em português, matemática e esporte de rendimento? Nós viramos uma grande nação, vamos economizar dinheiro na saúde, vamos deixar de gastar um dinheirão comprando equipamento para droga, para combater droga, armamento e vamos ter uma geração muito mais saudável.

O Presidente Biden recebeu esse documento já nos estertores lá do seu Governo. Eu tinha até muita esperança de que o Presidente Trump pudesse implantar esse projeto, porque os Estados Unidos sempre são uma referência para outras nações, mas o senhor sabe que a política



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armamentista nos Estados Unidos é muito forte, o setor, né? Mas, se a gente pensar, em termos de Brasil, o que o Brasil pode ganhar com esses meninos praticando esporte de rendimento... Não é jogar uma peladinha, não, tá? Esporte de rendimento é corrida, é luta. Eles caracterizaram o que vem a ser esporte de rendimento: natação...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Governador.

Eu concedo a palavra e consulto se o Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão deseja fazer uso da palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimentando aí o Governador Garotinho... Uma vez que ele mencionou o incidente havido que envolveu a instituição à qual eu servi por 46 anos, é bom a gente contextualizar tudo o que ocorreu.

Ali naquele ano de 2023 – não é, Governador? – nós tivemos um desvio de armamento, que era armamento já em fase de desfazimento, que estava no arsenal lá de Barueri, estava naquilo que a gente chama de manutenção de quinto escalão. E, a partir daí, o Exército abriu IPM, e tal e coisa, e houve uma atividade de inteligência forte para descobrir onde tinha ido bater isso aí. E efetivamente foi constatado que ele estava – parte dele; outra parte já tinha sido recuperada – estava lá dentro da comunidade da Rocinha. E aí o Exército tinha a proposta de realizar uma operação de investimento naquela localidade, e que realmente seria um problema sério. Se decidiu por uma operação de inteligência envolvendo a questão do presídio. E aí, realmente, uma história cobertura fraca, utilizada pelos dois agentes, levou a esse incidente que o senhor relatou.

No final das contas, é aquela história: em troca de não haver uma operação que resultasse em alto grau de letalidade, se teve que entabular uma negociação, tipo aquela: "Ó, você entrega o armamento ou nós vamos cercar isso aqui, e tu vai ficar sem teu ganha-pão durante uma porção de tempo". Foi mais ou menos nesse estilo. É lamentável? É lamentável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Era isso que eu ia perguntar ao senhor, porque eu tenho uma alta estima pelo Exército Brasileiro. Não gostaria de ver o Exército Brasileiro negociando com o Comando Vermelho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na realidade, o que ocorreu foi exatamente isso aí: evitar-se algo que levaria a um grau de letalidade bem elevado. Todo mundo aqui conhece a comunidade da Rocinha e sabe o que seria aquilo ali, de tão complicado que era.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, por que no Alemão se decidiu fazer uma operação para prender o Doca, e morreram cento e tantas pessoas, e não fizeram na Rocinha?

Porque eu até entendo... Eu tenho uma matéria aqui que eu queria mostrar a V. Exa. – empresta aqui um pouquinho –, que é fruto de muito trabalho, muita pesquisa – está aí, sim – sobre o arsenal da Rocinha – você pode procurar que está aí.

A Rocinha tem hoje, dentro dela, 1,5 mil fuzis. E esses fuzis... Esta matéria é do jornal *O Globo*, baseada em informações que eles obtiveram: "Maior fortaleza do tráfico, Rocinha é 'blindada' [...] [por] 1.500 fuzis". Ela é do mês de janeiro. Nós estamos em dezembro. Qual foi a atitude do Governo do estado? Nenhuma.

Numa certa ocasião, Sr. Ministro, um cidadão que hoje preside a Abin, chamado Luiz Fernando Corrêa... Eu era Secretário de Segurança, e ele foi até lá propor uma intervenção do Governo Federal. Ele colocaria a Polícia Federal – porque ele, na época, era Diretor-Geral da Polícia Federal – e mobilizaria as Forças Armadas. Eu, que já sabia que a proposta ia ser mais ou menos essa, preparei para ele o seguinte: "Olha, o senhor sabe que o Rio de Janeiro tem o maior contingente de militares até hoje".

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tinha.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, ainda tem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não dá não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Se contar os aposentados, ainda tem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Aí, sim, os aposentados... (*Risos.*)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, e de ativos, também, o número é grande.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É, mas não é o maior.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sim, mas é enorme.

Então, eu disse para ele: "Olha, eu gostaria de fazer uma operação bacana com vocês. Eu preciso ocupar simultaneamente a Rocinha, a Maré, o Complexo do Alemão; eu quero ocupar o Salgueiro, lá em São Gonçalo; quero ocupar o Dendê, na Ilha do Governador; quero ocupar em Senador Camará. Para isso, eu preciso de 4 mil homens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica". Ele disse: "Não, mas aí não dá". "Mas vocês não querem acabar com o negócio? Nós vamos acabar".

Porque o senhor sabe como foram as intervenções no Rio. A última, do Braga Netto, para ser sincero, ainda foi a melhorzinha, porque deixou equipamentos, fez investimentos, mas as anteriores... O cara parava um tanque na Avenida Atlântica, apontava para favela e gerava "sensação de segurança". Isso não é combater crime!

Aliás, as pessoas deviam parar de usar esse nome "violência", o nome certo é "criminalidade". O que as pessoas têm que combater é a criminalidade; violência é uma sensação. Pode-se até estar num lugar violento e não sentir. Você pode estar num lugar seguro e se sentir inseguro.

Então, assim, eu acho lamentável essa situação do Exército, e faltou, eu acho, isso que o senhor está fazendo aqui hoje, faltou o General Paiva esclarecer, colocar publicamente essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais alguma coisa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim, mais uma pergunta aqui, Presidente.

Governador, na sua avaliação, a atuação do Governo Federal tem contribuído, tem sido neutra ou tem dificultado as ações dos estados, no enfrentamento ao crime organizado? Que tipo de postura federal seria necessária para fortalecer e não limitar as iniciativas estaduais de segurança pública?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, eu começaria dizendo que há um grande equívoco em não caracterizar o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas. Em qualquer lugar do mundo, o sujeito que anda no meio da rua com um fuzil é abatido sem questionamento. Então, a primeira questão é a questão legislativa.

Segundo, eu acho que precisa aumentar o efetivo da Polícia Federal. O efetivo da Polícia Federal é mínimo para o tamanho do Brasil. Segundo lugar, tem que investir em tecnologia. Como é que eu consegui, naquela época, sair do grampo e prender aqueles caras todos do Comando Vermelho? Antes de existir o Guardião, eu fui até Israel e comprei um aparelho chamado Bedin, que era usado pelos israelenses. Grampeamos todo mundo, prendemos todo mundo. Então, tem que investir em tecnologia.

Vamos ser sinceros? De 90% da cocaína que passa pelo Brasil, ficam 20%. O resto vai embora, para os mercados. Elas vêm de onde? Elas vêm, basicamente, do Peru, da Colômbia e do Equador – é o grosso.

Tem um pouquinho na Venezuela, mas o grosso é Colômbia e Peru.

Será que não existe, hoje, uma maneira de destruir essas plantações de coca, não? Com tanta precisão, eu sou capaz de localizar hoje uma casa, como Israel faz quando quer atingir...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pelo Google Maps.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Pelo Google.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, não vamos nem, Otoni... Registrar aqui a presença do Otoni de Paula. Não é nem pelo Google, não; Israel acabou com o Hezbollah o senhor sabe como, com um aparelhinho infiltrado, e explodiu 4 mil pessoas de uma vez.

Então, investir em tecnologia – investir em tecnologia. E acho que crimes de organizações criminosas devem ser federalizados, e eu explico por quê: porque a grande infiltração de agentes públicos dentro dessas organizações criminosas impede a apuração.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, se você federaliza, você torna a apuração mais rápida, mais eficiente e mais transparente.

Eu poderia dar outras sugestões aqui.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Eu quero agradecer o comparecimento do Sr. Anthony Garotinho, o comparecimento e a participação do Relator e do Senador Mourão.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença, convidado-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, 17/12...

O SR. ANTHONY GAROTINHO *(Fora do microfone.)* – Eu posso fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... no plenário do Senado, com a presença do Sr. Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e do Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

O SR. ANTHONY GAROTINHO *(Fora do microfone.)* – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de declarar encerrada, eu concedo a palavra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu queria só fazer um pedido, que é o seguinte: eu já disponho de segurança concedida pelo Ministério Público do estado, mas eu gostaria de pedir um reforço, e, se o senhor puder encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá.

Relator, se manifeste, por favor.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... um ofício ao Governador do estado... Eu ando acompanhado por policiais do Bope e do batalhão de choque. Se o senhor puder pedir para reforçar, eu agradeço sinceramente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sim, sugerir, através da Comissão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... o reforço na segurança do Governador Garotinho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Será feito isso.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)